

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS
RESOLUÇÃO Nº - 26, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(publicado no DOU de 01/01/2003)

Define grupo de trabalho objetivando submeter à deliberação do Conselho Nacional Antidrogas - CONAD, normas de controle social referente o uso do "chá ayahuasca".

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS - CONAD, no uso de suas atribuições, e tendo em vista as disposições contidas no Art. 5º - , inciso II, do Decreto nº - 3.696, de 21 de dezembro de 2000, alterado pelo Decreto nº - 4.513, de 13 de dezembro de 2002,

- considerando que o uso ritualístico do "chá ayahuasca" constitui-se em manifestação cultural e religiosa regional de há muito reconhecida pela sociedade brasileira;
- considerando que os responsáveis pelas diversas confissões religiosas usuárias do "chá ayahuasca" estão cientes da proibição de sua comercialização, bem como das ervas que o compõem, em razão de seu alcance estritamente religioso;
- considerando que as confissões religiosas conhecem sobre a proibição da exportação do "chá ayahuasca" ou do cipó Jagube/Mariri - *Banisteriopsis caapi*, e da folha Rainha/Chacrona - *Psychotria viridis*, haja vista o seu uso exclusivamente ritualístico, peculiar a uma manifestação cultural regional brasileira, e mais as restrições decorrentes da legislação brasileira e de Acordos Internacionais assinados pelo Brasil;
- considerando que os responsáveis pelos rituais religiosos são, também, responsáveis pela não administração do "chá ayahuasca" aos menores de dezoito anos e às pessoas portadoras de deficiência mental;
- considerando a importância de que os usuários praticantes restrinjam o uso do "chá ayahuasca" exclusivamente aos rituais religiosos, realizados no interior dos templos das seitas;
- considerando a necessidade de que as entidades religiosas exerçam, como atividade de controle próprio e de sua particular responsabilidade, sujeita às restrições da legislação vigente, a atenção sobre o cultivo, a colheita e o transporte do cipó Jagube ou Mariri - *Banisteriopsis caapi* e da folha Rainha ou Chacrona - *Psychotria viridis*;
- considerando os aspectos técnicos científicos apresentados pelo Departamento de Polícia Federal - DPF, por meio do Laudo nº - 01621/02 - INC, e parecer apresentado pela Associação Brasileira de Psiquiatria na 2ª - reunião ordinária do Conselho, realizada dia 12 de junho de 2002, bem como pela Nota Técnica nº -003/ 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; e ainda, considerando a deliberação, por unanimidade, dos membros do Conselho, em reunião realizada dia 19 de dezembro de 2002, relativamente ao uso do "Chá ayahuasca",

RESOLVE:



Art. 1o - Determinar que a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD coordene Grupo de Trabalho constituído pelas Instituições e Organizações Sociais, com mandato para deliberar ou interesse sobre o assunto, a saber: a própria SENAD, o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Departamento de Polícia Federal - DPF, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, a Associação Médica Brasileira - AMB; a Associação Brasileira de Psiquiatria, as confissões religiosas usuárias do "chá ayahuasca" e outras que venham a ser consideradas apropriadas, para no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução, apresentar à deliberação deste Conselho, proposta de medidas de controle social e outras sugestões que se façam oportunas, haja vista a necessidade de trazer para a prática pela sociedade, dentro do princípio da responsabilidade compartilhada, normas e procedimentos que preservem manifestação cultural religiosa consagrada, observados os objetivos e normas estabelecidos pela Política Nacional Antidrogas e pelos diplomas legais pertinentes.

Art. 2o - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO MENDES CARDOSO